

**III SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DE REFORMAS**

Dourados - MS, de 21 a 23 de maio de 2018.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ-MS

Angela Hess GUMIEIRO (UFGD)¹

RESUMO: O artigo trata de reflexões sobre as ações de formação continuada de professores no município de Caarapó-MS. Realizamos o estudo com os professores de língua portuguesa do Ensino Fundamental II. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa. Constatamos que a formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação é caracterizada fortemente por cursos e palestras, que atualizam de certa forma o professor, ou seja, informam, mas não possibilitam um adequado espaço para a reflexão e o fortalecimento do coletivo escolar. As ações formativas são fragmentadas, pontuais, com data, local e temáticas previamente definidas pela secretaria, sem a participação direta na sua concepção das escolas e dos professores e não geram compromissos no sentido da melhoria contínua da prática pedagógica, nem por parte da Secretaria de Educação, nem dos envolvidos nas ações. A concepção de professores e gestores é que a formação continuada é uma atualização rápida que contribui significativamente para a mudança da prática pedagógica. O resultado deste estudo aponta para necessidade de vivências no âmbito das escolas que ampliem a participação política dos atores sociais, possibilitando assim criar bases tanto para fazer cumprir o princípio constitucional da gestão democrática, como qualitativamente na construção de uma escola democrática e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada. Professores. Ações Formativas.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Neste estudo centramos na identificação das ações que constituem o processo de formação continuada de professores, no desvelar das formas de participação e gestão das ações formativas detalhando o planejamento, implementação e a

¹ Técnica em Assuntos Educacionais UFGD angelahess@ufgd.edu.br

avaliação do processo de formação continuada de professores e na análise das relações estabelecidas no processo entre a Secretaria Municipal de Educação, escolas e professores de língua portuguesa, enfatizando as questões da participação e da autonomia.

A formação continuada pode ser concebida como sendo o conjunto de atividades desenvolvidas pelos professores em exercício com objetivo formativo, realizadas individualmente ou em grupo, visando tanto ao desenvolvimento pessoal como ao profissional, na direção de prepará-los para a realização de suas atuais tarefas ou outras novas que se coloquem.

Assim sendo, tratamos neste texto inicialmente das questões da formação continuada de professores, posteriormente da metodologia da pesquisa e, por fim, trazemos a discussão dos resultados do estudo.

As ações de formação continuada de professores estiveram ao longo da literatura educacional e nos discursos dos órgãos que gerenciam a educação com diferentes terminologias como reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação, conforme as exigências de cada momento histórico, e esses termos utilizados para designar a formação continuada foram sendo superados e substituídos sem, contudo, deixar de nos revelar as concepções desta formação, determinando assim as linhas de ações.

Conforme Nogaro e Dalmina (2014), é necessário investir na formação de professores por ser um princípio que irá contribuir para a qualidade na educação e por ser uma necessidade diante das transformações na sociedade contemporânea.

A importância da formação continuada dos professores de língua portuguesa se apresenta desafiadora, pois conforme Aparício (2001) devemos admitir que as discussões relativas ao processo de formação do professor devem partir de uma reflexão sobre a prática na sala de aula, e não apenas de atualização teórica.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, caracterizamos o estudo como de natureza qualitativa. Utilizamos a bibliografia disponível na intersecção entre políticas públicas, gestão da formação de professores e formação de professores de língua portuguesa. Quanto à coleta de dados, a partir das orientações de Bogdan e Biklen (1994), foram feitas observações *in loco*, entrevistas semiestruturadas com gestores e docentes, análise documental da proposta formalizada da Secretaria de Educação e as Propostas

Pedagógicas das escolas para a formação continuada e documentos tanto os que expressam diretrizes nacionais como municipais de educação, enfatizando as questões da formação continuada de professores.

Participaram da pesquisa a Secretaria Municipal de Educação do município, as três unidades escolares, tendo como interlocutores da pesquisa quatro professores de língua portuguesa da rede municipal, três coordenadoras pedagógicas do ensino fundamental e uma gestora responsável pela formação continuada dos professores.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNICÍPIO

No cruzamento dos dados da Secretaria Municipal de Educação com as informações das entrevistas realizadas e as observações, pudemos constatar quanto à modalidade de formação continuada oferecida pela Secretaria durante os anos de 2005 a 2008, que existe a prevalência do que Pérez Gómez (1995) intitulou de racionalidade técnica.

Diversos estudos apontam que, no cenário educacional dos últimos anos, as ações de formação continuada têm sido desenvolvidas em cursos rápidos, palestras, encontros esporádicos, treinamentos, entre outros, fora do contexto escolar (NÓVOA, 1992; CANDAU, 1996).

A gestora responsável pela formação continuada diz que o planejamento das ações tem sido discutido pela equipe pedagógica da Secretaria de Educação, normalmente no início do ano e que são implementadas através de parcerias com o MEC, Universidades e outros profissionais para realização das ações.

Constatamos que o planejamento, ou seja, as decisões sobre as ações formativas são tomadas por um pequeno grupo de profissionais, o que, nos permite dizer que sua concepção não é negociada com os docentes.

Ao questionar os professores de língua portuguesa sobre como são organizadas as ações de formação continuada, percebemos o pouco que esses professores sabem a respeito do processo de organização e gestão, o que nos permite apontar que não fazem parte desse processo do planejamento.

Segundo Libâneo (2004), a organização e a gestão adquirem distintos significados para os atores escolares que compõem a equipe de acordo com a concepção que se tenham dos objetivos da educação. Há que se construir consensos

não apenas na formulação do planejamento curricular, mas também na projeção, implementação e avaliação das ações formativas.

Na análise das entrevistas confirmamos o que as observações apontaram, de que o planejamento da formação continuada segue a concepção técnico-científica de escola como posta por Libâneo (2004), em que as decisões vêm de cima para baixo e basta cumprir um plano previamente elaborado, sem a participação dos demais interessados no processo.

Numa concepção democrático-participativa, de acordo com Libâneo (2004) o processo de tomada de decisões dá-se coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discutir e deliberar, em uma relação de colaboração, acentuando a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos.

De acordo com Dourado (2000), a gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação. É através deste aprendizado que vai se constituindo uma equipe escolar e uma “identidade” para a escola.

Buscamos a colaboração de Libâneo (2004) quando afirma que, “o conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida” (p. 35). Ainda complementa dizendo que um modelo de gestão democrático-participativa tem na autonomia um dos seus mais importantes princípios, implicando a livre escolha de objetivos e processos de trabalho.

Contreras (2002) discute a ideia da autonomia profissional como uma demanda dos docentes para obter mais espaços de independência em suas decisões e menos controle burocrático por parte das administrações públicas. Para o autor lutar pela autonomia não é apenas uma exigência trabalhista pelo bem dos funcionários, o é também pelo bem da própria educação.

Sendo assim, o professor é autônomo não só por ser capaz de autorregular sua ação, decidir sua participação em cursos e escolher os horários para estudo, mas também quando orienta seu aprendizado por meio de uma análise crítica de suas práticas e dos resultados. A autonomia representa uma busca e um aprendizado contínuos, uma abertura à compreensão e à reconstrução da própria identidade profissional, das conexões entre a realização da prática profissional e o contexto social e político mais amplo (CONTRERAS, 2002).

Constatamos com as falas das coordenadoras das escolas uma desorganização nesse aspecto das relações estabelecidas no planejamento da formação continuada, por não terem critérios norteadores, se limitando somente em aspectos secundários do processo, como a organização de horário, por exemplo.

Não notamos a existência de uma abertura para detectar o que realmente seria importante para o desenvolvimento dos professores e da própria escola. A preocupação da escola e sua participação no processo da formação continuada nesse caso ainda é pensada mais em manter e acompanhar o que é proposto pela Secretaria Municipal de Educação.

Percebemos, pois, a importância de se pensar em processos de formação mais flexíveis, em que, sem descuidar-se dos conhecimentos práticos e teóricos a adquirir, o fazer e o pensar dos professores sejam tomados como ponto de partida para discussões e reflexões, constituindo-se em ancoragem para a aquisição de novos conhecimentos e procedimentos de ensino mais eficientes do ponto de vista do ensinar e do aprender. Isto implica considerar os professores como profissionais que possuem e constroem saberes, e não apenas como meros executores de propostas elaboradas por outros.

Concordamos com Libâneo (2004) que seria importante a participação de todos os envolvidos na formação continuada, como um meio de se assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento dos profissionais no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização em geral. Segundo Libâneo (2004) a organização e a gestão visam “promover o envolvimento das pessoas no trabalho por meio da participação e fazer o acompanhamento e a avaliação dessa participação” (p. 100).

Podemos perceber claramente que os professores aprovam a formação que leva em conta suas experiências e práticas pedagógicas cotidianas, ou seja, sob a ótica da vertente reflexiva, defendida por diferentes autores, como necessária para que haja apropriação por parte do professor (SCHÖN, 1995; NÓVOA, 1991; PÉREZ GÓMEZ, 1995; entre outros). Estes professores demonstraram preocupação com o ensino e com sua prática pedagógica, avançando para a perspectiva prática da formação continuada.

Podemos afirmar que na fala da gestora há uma contradição, pois em um momento apresenta a importância de saber as necessidades dos professores, mas como observamos anteriormente, o professor não participa do processo de

planejamento das ações formativas no município. É importante observar que num processo democrático faz-se necessário uma “negociação de sentidos” (ALARCÃO, 2001). Assim, o projeto formativo deve explicitar os consensos dos diferentes olhares e necessidades dos segmentos envolvidos.

Convém esclarecer a expressão “necessidades docentes”, que segundo Rodrigues e Esteves (1993) são consideradas carências ou lacunas deixadas pela formação inicial, que devem ser devidamente preenchidas pela formação continuada, visando à eficácia da sua prática e à realização pessoal e profissional. Raramente, as necessidades são identificadas pelos próprios professores, ao contrário, são supostas pelos elaboradores dos programas de formação.

Podemos dizer a partir das observações nas escolas e entrevistas que as avaliações escritas das ações formativas no município investigado, pouco têm contribuído com a possibilidade de reflexão da organização e gestão da formação continuada, pois o ponto de vista dos professores não é levado em conta para a utilização e o aprimoramento das ações que permitiriam definir metas a curto e em longo prazo para serem alcançadas com os processos formativos. E também de identificar os pontos positivos a serem ressaltados e os negativos a serem melhorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada é caracterizada na rede municipal de ensino pela promoção de atividades pontuais com data, local e temática previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sem contar com a efetiva participação das escolas e dos professores, não favorecendo à autonomia nem a democratização da vida escolar.

É importante que a formação continuada promova um espaço de escuta e de diálogo com os professores, no sentido de aproximar as ações formativas das suas necessidades, de inserir a formação no contexto de sala de aula, usando os problemas advindos dessa instância como eixo norteador para os demais temas, assim contribuirá mais para tornar as ações formativas mais significativas para os docentes.

O resultado deste estudo revela que a participação nas ações de formação continuada merece ser revista e priorizada no planejamento da Secretaria Municipal de Educação a fim de garantir a participação dos professores na definição dos rumos da sua formação para que esta adquira sentido para os que dela participam e possa se configurar como uma política de intervenção para a melhoria da prática pedagógica.

É preciso que gestores e professores reflitam criticamente sobre a formação continuada e que os processos avaliativos dessas ações formativas sejam olhados para a identificação de demandas de formação, em que os professores possam colocar as dificuldades que encontram no exercício profissional, haja vista que essas informações são fundamentais para o planejamento e redimensionamento das ações formativas, o que poderá dar mais legitimidade e possibilidade de sucesso.

As análises apontam para a necessidade de vivências mais democráticas, pois as questões organizativas relacionadas ao planejamento, implementação e avaliação do processo de formação continuada no âmbito investigado, não foram vivenciadas de forma articulada entre a Secretaria de Educação, escolas e professores, não gerando compromissos no sentido da melhoria na participação e autonomia. Ressaltamos que essas vivências democráticas devem ampliar a participação política dos atores sociais, possibilitando assim criar bases tanto para fazer cumprir o princípio constitucional da gestão democrática, como qualitativamente na construção de uma mais escola democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. (Org.). **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

APARÍCIO, A. S. M. **As ações didático-discursivas do professor para a construção e manutenção dos tópicos em aula de gramática**. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). *A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p. 181-199.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto, 1994.

CARVALHO, J. M.; SIMÕES, R. H. S. **O processo de formação continuada de professores**: uma construção estratégico-conceitual. In: ANDRÉ, M. E. (Org.). *Formação de professores no Brasil (1990-1998)*. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

DOURADO, L. F. **A escolha de dirigentes escolares**: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Gestão democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2000.

GARCÍA, C. M. **A formação de professores**: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Coord.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p 51-76.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGARO, A.; DALMINA, R. R. **A contribuição da aprendizagem mediada para a formação de professores**. Interfaces da Educ., Paranaíba, v. 5, n. 15, p.7-23, 2014.

PÉREZ GÓMEZ, A. **O pensamento prático do professor**: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 93-114.

RODRIGUES, A.; ESTEVES, M. **A análise de necessidades na formação de professores**. Portugal: Porto, 1993.